

**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
COMISSÃO FISCAL NACIONAL (CFN)  
UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL (UEB)**

**Data:** 05 de dezembro de 2025

**Local:** Curitiba - PR

**Modalidade:** Reunião presencial no Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil sito na Rua Coronel Dulcídio, 2107 - Bairro Água Verde, Curitiba - PR e virtual via Google Meet (<http://meet.google.com/woh-mayg-mos>).

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 09h, no Escritório Nacional da União dos Escoteiros do Brasil, situado à Rua Coronel Dulcídio, n.º 2107, Bairro Água Verde, Curitiba – PR, CEP 80250-100, reuniu-se a Comissão Fiscal Nacional (CFN) para a realização de sua reunião ordinária, sob a presidência de Luiz Salgado Klaes, que declarou aberta a sessão. Estiveram presentes presencialmente Luiz Salgado Klaes (Presidente da CFN), Eduardo Evaldt Manique (Membro Titular da CFN), Ana Carla Nunes (Gerente Geral), Vitorio Eduardo Catalano (Gerente Comercial), Ana Maria Alves de Farias (Supervisora Administrativa-Financeira), Débora Cristina Cintra (Contadora), Grace Kelly Rain D’Andrade (Supervisora de Gestão Operacional) e Vanessa Martins de Oliveira David (Secretária de Governança), participando remotamente o Diretor da área Administrativa-Financeira, Claucio da Silva Mendes. Registrou-se a ausência (presencial e remota) do membro titular da CFN, Paulo Hiroshi Kishi. Inicialmente, Ana Carla deu as boas-vindas aos presentes e passou a palavra para Ana Maria, que apresentou o acompanhamento orçamentário da UEB referente ao mês de setembro de 2025. Informou que a receita acumulada de janeiro a setembro atingiu aproximadamente R\$5.300.000, com queda significativa em relação ao previsto, apontando cerca de 18% abaixo da meta projetada, mantendo uma tendência de queda iniciada no começo do ano. Ao detalhar as receitas por área, destacou que as taxas de contribuição e registro apresentaram queda de 7% em setembro, enquanto o registro isolado teve redução de 13%. O crescimento do efetivo ficou entre 4% e 5% abaixo do orçado, impactando diretamente a receita. Sobre a venda de credenciais, registrou importante queda em comparação com 2024, representando apenas cerca de 25% do total previsto para 2025. Nos projetos de crescimento — distintivos e Escotismo nas Escolas —, relatou que as vendas de distintivos seguem em evolução, mas o projeto nas escolas permanece abaixo das expectativas, embora haja perspectiva de retomada em 2026, com aproximadamente nove escolas contratadas e novos contratos em andamento. Quanto à captação de recursos, informou que nem todos os contratos do projeto Empresa Amiga foram concluídos, mas novas parcerias já estão firmadas para 2026. Em Métodos Educativos e Eventos, o desempenho permaneceu inferior ao previsto, com destaque negativo para a Aventura Sênior e o cancelamento do ENED, que gerou impacto aproximado de -78% no faturamento estimado. Durante a apresentação, Luiz Klaes sugeriu que a UEB avalie participação na Cooperativa SICOOB MaxiCredito, de Santa Catarina, em seu Projeto Social, visto que

anualmente são abertos editais de financiamento de projetos, podendo beneficiar especialmente os grupos escoteiros; Eduardo Manique questionou a queda no registro, e Ana Maria explicou que se trata de redução média de 4% a 5% com relação ao crescimento de efetivo previsto na formulação da peça orçamentária, sendo que a receita financeira está cerca de 13% abaixo do previsto. Em relação às despesas, Ana Maria relatou que a contenção resultou em desempenho 10% inferior ao orçamento previsto, indicando esforço de redução. As variações cambiais afetaram as taxas internacionais. Investimentos específicos foram realizados, como compra de computadores e contratação de três designers, justificando o aumento pontual em investimentos. Apesar das reduções de receita, informou que foi mantido superávit operacional, totalizando R\$112 mil em setembro. Apresentou também a composição aproximada dos recursos em caixa, atingindo cerca de R\$7 milhões distribuídos entre diversos fundos, entre eles Fundo de Risco (R\$2.344.000), Fundo de Obra (R\$1.088.000), Fundos de Eventos (R\$837.000), Fundo Flor de Lis (R\$745.000), Fundo Refis (R\$600.000), além de fundos específicos como Expansão (R\$592.000), Formação e Apoio associado (R\$367.000), Rescisão (R\$475.000) e Recursos Livres (R\$154.000). Foi debatida ainda a necessidade de realocação de fundos antigos e a existência de saldo em aberto com a Região DF referente a ICMS, decorrente de parcelamentos que se tornam desvantajosos de antecipação por incidência integral de juros e taxa SELIC. Eduardo Manique sugeriu compilar e disponibilizar, em pasta no Drive, os normativos relacionados a cada fundo, incluindo resoluções, normas internas e bases legais. Na sequência, Débora Cintra apresentou a situação do fechamento contábil, iniciando com comparativo entre os anos de 2024 e 2025. Explicou que, em 2024, 85% dos balancetes foram fechados e enviados dentro do prazo, totalizando 240 entregas e 49 pendências entre os 34 CNPJs da instituição (1 do Escritório Nacional, 8 de lojas e 25 de regiões). No período comparado, em 2025, o setor contábil atingiu 100% das entregas dentro do prazo de 30 dias contados a partir do recebimento dos documentos, para as competências de janeiro a setembro, demonstrando avanço substancial. Eduardo Manique aponta que, por mais que o percentual melhorou, o número bruto foi praticamente o mesmo, pois até setembro/2024 foram feitos 240 balancetes de 289 recebidos (85%), enquanto até setembro/2025 foram recebidos menos, cerca de 242 balancetes, faltando fechar 41 (que não mandaram); portanto argumenta que é necessário verificar se, em caso de todas as regiões enviarem os documentos no prazo, a equipe contábil é suficiente para cumprir os prazos estipulados. Em seguida, Débora relatou desafios enfrentados, como alta rotatividade na equipe contábil entre 2023 e 2024, dificuldade de recrutamento e necessidade de ampliação da equipe. Débora informa que em 2025 passou para 35 CNPJs, por conta da abertura do Marketplace. Quanto ao envio de documentos pelas regiões, apresentou comparativo: em setembro/2024, foram recebidos documentos de 26 CNPJs (76%), restando oito pendentes; já em setembro/2025 houve piora, com apenas 18 CNPJs (51%) enviando documentação dentro do período analisado e somente 13 cumprindo o prazo estabelecido na Resolução CAN nº 15/2021. Eduardo Manique e Luiz Klaes demonstram preocupação com este dado, já que praticamente metade dos CNPJs não cumpre o prazo. As pendências passaram a atingir 17 CNPJs, com atrasos concentrados no Distrito Federal, Rio Grande do


Norte, Piauí, Rondônia, Acre e Amazonas, entre outros. Débora destaca que um ponto de dificuldade é o ano de troca de gestão regional, já que é necessário que os novos dirigentes se situem no que tange às finanças da Região. Ana Carla complementa que essa situação está mudando, pois atualmente os documentos contábeis são organizados em Drive, de modo que na sucessão os novos dirigentes passam a ter acesso imediato a integralidade da documentação da Região. A evolução do cumprimento de prazos demonstrou melhora operacional, porém redução no volume total de balancetes recebidos. Atualizado até outubro, o percentual registrado foi de 69% recebido e 31% pendente, com 11 CNPJs ainda em atraso. Eduardo Manique argumenta que é fundamental que os Presidentes das Regiões, além dos Diretores Financeiros, sejam informados e cobrados sobre esses atrasos, o que foi informado pelas profissionais que vem sendo feito. Débora observou melhora após a divulgação dos cronogramas no Conselho Consultivo. Débora prosseguiu apresentando uma linha do tempo das ações contábeis dos últimos três anos. Explicou que, até 2023, havia ressalvas recorrentes da auditoria externa por ausência de avaliação patrimonial; em dezembro de 2023, foi concluído o registro dos bens imóveis nacionais e regionais, acrescentando aproximadamente R\$99 milhões ao patrimônio institucional; em janeiro de 2024, foi concluída a avaliação dos bens móveis do Escritório Nacional e das lojas. Eduardo Manique e Luiz Klaes destacam a importância desse levantamento, de valor expressivo, qualificando as demonstrações contábeis, que passam a demonstrar a situação real da entidade em termos de posição patrimonial. Em 2024, três regiões aderiram ao sistema financeiro, e no primeiro semestre de 2025 outras três também o fizeram, melhorando classificações de receitas e despesas e ampliando a transparência. Ana Maria apresentou ações de suporte às regiões, incluindo treinamentos, implantação e integração de sistemas financeiros (Justus/Auditus), apoio permanente da equipe financeira, compartilhamento de planilhas, além de informar que sete regiões já aderiram ao sistema financeiro, com Santa Catarina como pioneira. Eduardo Manique destaca que essa integração é muito importante para a instituição. Quanto à avaliação patrimonial, Eduardo Manique questiona se o terreno que apareceu na Região Escoteira do RS, adquirido em 1968, se havia sido identificado. Ana Carla informa que não, e esclarece que nem todos os cartórios do Brasil estão integrados no sistema online de cartórios, sendo que só foi possível identificar os imóveis registrados em cartórios integrados neste sistema nacional. Eduardo Manique questiona sobre os custos desse levantamento, e Ana Carla informa que havia um fundo para isso. Eduardo Manique questiona sobre a área identificada na Região da Paraíba, informada em recente reunião do CAN, em que há processo de usucapião pelo caseiro. Ana Carla esclarece que o processo de usucapião é de uma pequena área, inferior a 500m<sup>2</sup>, em uma área superior a 20 hectares. Ana Carla cita outro caso, de Mimosa, em Pernambuco, em que há uma área que não é mais usada há anos pela Região Escoteira e já há diversas famílias morando na área, e que estão sendo feitos os trâmites necessários para regularizar a situação, desvinculando a área da UEB. Em julho de 2025, o setor contábil conseguiu entregar todas as competências mensais no prazo. Na auditoria do primeiro semestre de 2025, pela primeira vez os auditores puderam trabalhar com base no balancete consolidado de matriz, lojas e todas as regiões. Em novembro de

2025, iniciou-se o levantamento dos bens móveis regionais, etapa necessária para orçamentos com empresas especializadas e posterior registro contábil. Eduardo Manique questionou reaberturas de balanços após auditoria, e Débora explicou que, quando necessário, ajustes são realizados, excetuando-se Santa Catarina, que não reabre a pedido. Eduardo Manique argumenta que isso deve ser evitado ao máximo. Abordou ainda a avaliação patrimonial e conflitos específicos: imóveis não registrados, disputas fundiárias, problemas envolvendo concessões, especialmente em Santa Catarina, Paraíba e outras regiões. Eduardo Manique citou concessão recente de área pública no Rio Grande do Sul, e Débora reforçou que bens públicos não integram patrimônio contábil, e deveriam ser registrados como comodato. Luiz Klaes e Ana Carla relatam a situação da área em Florianópolis, que é uma área pública cedida pelo Governo do Estado à Região Escoteira de SC. Porém, a concessão venceu e não foi prorrogada há alguns anos, visto que a área está em litígio judicial, pois está sendo reivindicada por quilombolas. Eduardo Manique sugere que a UEB busque contato com o governo federal, responsável pela demarcação de terras, para tentar uma conciliação e acordo sobre a situação. Débora apresentou também as próximas ações previstas para 2026: estruturação financeira regional, incluindo contratação de colaborador financeiro para apoiar num primeiro momento as regiões RN, PI e RO; implantação do sistema financeiro nessas três regiões; redução do prazo de fechamento contábil para até 25 dias para regiões que enviarem documentação até o dia 10 do mês subsequente; reforço da cultura documental; antecipação da auditoria externa do 1º semestre de 2026 para a segunda quinzena de setembro; e avanço do inventário de bens móveis das regiões, com meta de concluir ao menos 70% até dezembro de 2026. Luiz Klaes solicita que seja enviado à Comissão Fiscal Nacional o relatório da auditoria externa referente ao 1º semestre, e Ana Maria informa que será enviado. Na sequência, Vitório Catalano apresentou informações sobre a Loja Escoteira, destacando queda global de vendas na loja e PDVs, informando que é uma retração do comércio em geral no Brasil, com redução aproximada de 37% no Distrito Federal e crescimento de cerca de 11% em São Paulo. Explicou que o marketplace sofreu atraso por questões de integração e foi lançado em junho de 2025, permanecendo ainda em consolidação, exigindo investimentos, marketing e diversificação de produtos. Informou queda no tíquete médio do e-commerce, passando de R\$350 em 2024 para R\$260 em 2025, refletindo retração no consumo. Comentou sobre a necessidade de estoques elevados devido à grande variedade de tamanhos e às demandas de eventos e logística. Destacou que alguns eventos geraram receitas abaixo do previsto em aproximadamente R\$500 mil. Relatou ainda ações e notificações em andamento relacionadas à proteção da propriedade intelectual e marca institucional. Eduardo Manique mencionou crescimento de 2,1% do varejo nacional, segundo IBGE, e questionou o percentual utilizado para projeção de crescimento da loja para 2025. Vitório explicou que o nicho da UEB não acompanha o mercado externo e que há relação direta entre faturamento e número de associados. Ana Carla informou que a peça orçamentária de 2025 considerou projeção de crescimento de 7%, e Eduardo Manique observou que com a projeção de 7% de crescimento de faturamento na peça orçamentária e a loja ficando 11% abaixo do previsto, na prática há uma redução de cerca de 4% com relação ao ano

anterior, que destoa do crescimento do varejo medido pelo IBGE que foi de 2,1% e do próprio crescimento do número de associados. Destaca que o Brasil, de acordo com o IBGE, está com maior renda média da série, destacando que esses dados são importantes para planejar ações, o que é corroborado pelos demais presentes. Eduardo Manique solicita que a direção nacional apresente à CFN a interpretação da gestão sobre a redução de faturamento em cada rubrica, destacando que essa análise é fundamental também para o CAN, pois subsidia o processo de planejamento orçamentário e estratégico para o próximo período. Destaca que a loja é fundamental para as receitas da instituição, inclusive para desonerar o registro, que ainda é a principal receita da UEB. Vitório explica que a maioria do faturamento da Loja ainda está nos materiais de Métodos Educativos, cujo percentual de rentabilidade é muito menor do que nos anos anteriores, fruto de uma estratégia institucional de desonerar os materiais essenciais para a prática do escotismo (especialmente uniforme e vestuário) e buscar maiores receitas em produtos complementares. Sobre rentabilidade, Ana Carla informou queda da margem de 30% para 9%, influenciada por políticas comerciais e ajustes de preços. Eduardo Manique reforça que isso pode impactar o total de vendas, mas não o estimado x efetivado, visto que ao elaborar a peça orçamentária essa estratégia já foi levada em conta. Ana Carla e Vitório informam que a UEB foi exitosa em processo judicial contra empresa que vendia produtos muito semelhantes ao vestuário escoteiro, prevendo inclusive indenização por lucros cessantes. Com relação às despesas, Vitório informa que ficaram 13% abaixo do previsto, ou seja, conseguindo controlar de acordo com a baixa das receitas, possibilitando um resultado até setembro/2025 dentro do previsto. Vitório apresenta o montante de recursos em caixa. Eduardo Manique questiona a diminuição considerável de setembro/2025 (429 Mil) em comparação com setembro/2024 (931 Mil). Ana Maria e Vitório informam que em set/2024 o saldo foi positivamente afetado especialmente pelo resultado do Jamboree, por isso o valor expressivo acima do ordinário. Com relação ao estoque, Vitório informa que é necessário o valor alto por conta especialmente das lojas em eventos, além dos estoques em cada filial da loja. Posteriormente, Grace Kelly apresentou informações sobre o Registro Institucional, relatando 94.675 registros vigentes, representando crescimento de 2,3% em comparação ao ano anterior. Mencionou evasão histórica de aproximadamente 30% e informou que um plano de retenção está em desenvolvimento, incluindo análise por ramo, trocas de experiências regionais e uso do Paxtu para identificar causas de evasão. Luiz Klaes destaca que esse percentual de evasão é um grande problema a ser enfrentado. Destacou projetos de expansão e abertura de novos grupos, inclusive modelos diferenciados de mensalidades e rotinas administrativas. Informou que a taxa de isenção permanece estável entre 9% e 10%, cabendo às regiões a verificação da documentação apresentada. Eduardo Manique sugeriu verificar por amostragem e eventual integração com sistemas governamentais, como o Bolsa Família, para validação de isenções, evitando que o benefício seja concedido indevidamente a famílias que não precisam por não se encaixar nos requisitos da resolução que trata da isenção. Destaca que o critério do programa governamental é mais adequado do que o critério da renda média de 1,5 salário mínimo, visto que o primeiro é validado pelo poder público, por profissionais

competentes, e o segundo depende de uma análise subjetiva dos dirigentes do grupo, que não possuem a formação técnica adequada para este tipo de análise. Luiz Klaes concorda com a proposta, de modo que a UEB retira de si a responsabilidade de identificar situação de carência, pois ao usar o programa governamental como critério a responsabilidade fica ao Estado. Portanto fica definido como encaminhamento ao CAN para que análise a proposta de revisão dos critérios de isenção. Na pauta referente à Auditoria Externa, Ana Maria e Débora informaram que a auditoria do primeiro semestre de 2025 foi realizada com base em documentação consolidada, permitindo melhor qualidade analítica. Destacaram divergências identificadas nas contas a receber e passivos de convênios, com ênfase para Santa Catarina, citando dificuldades de conciliação devido à falta de relatórios detalhados, e saldo aproximado de R\$260 mil pendente de identificação. Essa situação ocorre pois a Região de SC possui parceria com a Celesc, de modo que a taxa associativa dos associados pode ser paga através da conta de energia elétrica. Reforçaram a necessidade de concluir o levantamento dos bens móveis regionais até o início de janeiro e mencionou recomendações registradas pelos auditores envolvendo processos e controles internos. Na etapa de recomendações da Comissão Fiscal Nacional, Eduardo Manique informou que enviou questionamentos por e-mail sobre cada um dos primeiros seis meses do exercício, e também um e-mail com questionamentos gerais sobre o 1º semestre. Lembrou que está pendente de respostas os e-mails relativos a abril, maio e junho. Sugeriu aprofundamento das análises gerenciais, com explicações detalhadas de variações relevantes nas demonstrações financeiras, sugerindo como referência variações superiores a 20% ou determinado valor mínimo. Destacou a preocupação com o resultado da UEB 92% inferior ao previsto, solicitando uma análise interpretativa da gestão sobre isso. Recomendou criação de descritivo gerencial após a aba de KPIs; compilação e disponibilização de normativos dos fundos; elaboração de sumário de contas; verificação da viabilidade de separação do pagamento das despesas ordinárias das extraordinárias, visto que a ênfase na análise da CFN são as despesas extraordinárias; melhoria no controle de aquisição de passagens com justificativas claras para exceções no que tange ao prazo de aquisição, visto que isso aumenta expressivamente o gasto da UEB, pois na análise do 1º semestre foram identificadas passagens compradas com prazo muito curto de antecedência e em setembro identificou-se que as passagens dos membros da DEN para uma reunião de diretoria no início de agosto foram compradas com antecedência inferior a 15 dias; detalhamento referente a situação do Campo Escola da Paraíba; verificação de isenções por amostragem e proposta ao CAN para que tire dos grupos a responsabilidade e o ônus de avaliar o direito ao benefício; envio do relatório da auditoria externa para análise da CFN; elaboração de memorial descritivo para justificativas de reabertura de balancetes, além de que seja evitado o máximo possível a reabertura; envio das primeiras versões do balancete como prévias, sem assinatura, de modo que após assinatura e envio da versão final não seja mais reaberto; proposta de encaminhamento da CFN às Regiões para que, após recebimento dos balancetes mensais, façam a avaliação, de modo a evitar a reabertura posteriormente; estudo sobre proposta de alteração nos prazos de assembleias regionais e nacional, a fim de mitigar estrangulamento de prazos de

fechamento e aprovação de contas entre trocas de gestão e auditorias; necessidade de regras estatutárias claras para garantir acesso à documentação a chapas eleitas; necessidade de melhor afinamento dos prazos de informações do EN para a CFN. Questionou sobre a informação recebida em um apontamento por e-mail quanto ao não pagamento de impostos trabalhistas pela Região Escoteira do Rio Grande do Sul entre janeiro e agosto de 2024, esclarecido por Ana Maria como caso excepcional e que não tem mais acontecido em nenhuma região. Seguindo as recomendações, Eduardo Manique mencionou também necessidade de detalhamento dos serviços tomados nas notas de serviço; evitar pagamentos diretos de despesas pessoais de dirigentes, visto que foram identificados casos de pagamento pela UEB para posterior reembolso pelos dirigentes; acompanhamento e atualizações à CFN de processo judicial da Região Escoteira do Amazonas referente à emenda parlamentar; necessidade de regulamentação pela DEN e/ou Comitê Gestor da Loja referente ao rateio de custos da matriz sobre CNPJs; divulgação à CFN dos percentuais de DIFAL por estado; e publicação da ata da reunião da CFN no site institucional para fins de transparência. Os encaminhamentos e recomendações foram aprovados pela CFN. Foi discutida ainda a composição da presidência da Comissão Fiscal Nacional, sendo decidido por unanimidade dos presentes a permanência do Luiz Klaes na presidência, uma vez que a composição plena da CFN não estava presente para eventual alteração. Eduardo Manique destacou a importância da presença efetiva dos membros titulares e a necessidade de reforçar a participação nas reuniões presenciais e remotas. Ana Maria informa que na peça orçamentária de 2026 foi previsto valor para três reuniões da CFN, caso se faça necessário. Foi definido que os membros da CFN façam contato direto com o EN para esclarecimento de dúvidas e apontamentos sobre os relatórios mensais. Ana Maria propõe como pré-agendamento da próxima reunião da CFN no dia 13/03/2026, que é consentida pelos demais presentes. Por fim, foi definido o encaminhamento do relatório e desta ata ao Conselho de Administração Nacional e à Diretoria Executiva Nacional, conforme previsão estatutária, bem como sua publicação no site institucional. Não havendo outras manifestações, a reunião foi encerrada às 12h08min, com agradecimentos registrados.



Eduardo Evaldt Manique

**Membro Titular da Comissão  
Fiscal Nacional**



Luiz Salgado Klaes

**Presidente da Comissão Fiscal  
Nacional**



Use o QR Code ao lado, ou copie e cole a URL abaixo no seu browser para verificar a validade das assinaturas deste documento:

[https://app.lexio.legal/lexio\\_sign/checar\\_assinatura?code=b924a41c9de6b70207a692d27df47cd5981a1c16b85e71765cef67e68f62a801808a9cc80bdecd80c5c861dacc889534a4eddb801d7972e ee61aaba15ceebfc09610c25886de](https://app.lexio.legal/lexio_sign/checar_assinatura?code=b924a41c9de6b70207a692d27df47cd5981a1c16b85e71765cef67e68f62a801808a9cc80bdecd80c5c861dacc889534a4eddb801d7972e ee61aaba15ceebfc09610c25886de)

Documento assinado com o método de criptografia SHA 256

### Assinaturas

**Eduardo Manique**

eduardo.manique@escoteiros.org.br

CPF: 03423773022

IP: 143.202.109.1

Assinou como parte em:

20/03/2026 13:50:45

Assinatura

**Luiz Salgado Klaes**

l.klaes@ufsc.br

CPF: 14552477900

IP: 2801:84:1:1178:758c:8219:4ad4:77b6

Assinou como parte em:

20/03/2026 15:36:28

Luiz Klaes

Assinatura